

Democratismo, doença infantil.

José Neumanne

A insistente tentativa do animador e empresário de televisão Silvio Santos de disputar a primeira eleição direta para a Presidência nos últimos 29 anos da República levanta o véu e tira do esconderijo algumas distorções capazes de comprometer, definitivamente e no nascedouro, o frágil regime democrático brasileiro.

Até acontecer a farsa meio grotesca da renúncia que não houve, da oferta de venda de uma legenda partidária e da eventual substituição de um candidato insignificante por um capaz de desequilibrar o quadro sucessório presidencial, a elite bem-pensante deste país varonil parecia não perceber que o democratismo é uma doença infantil a debilitar a democracia.

Agora, com Silvio Santos em cena, candidaturas em risco e a própria estabilidade da democracia em jogo, só não percebe quem não quer como é deletéria a mentalidade regente da pulverização partidária sem critérios, da concessão de tempo em rádio e televisão com o chapéu alheio e da leniência da Justiça ao aceitar gente de todos os tipos para carregar legendas.

Na raiz da crise causada pela súbita entrada em cena do animado animador está a questão fundamental de que, se liberdade não é liberalidade e muito menos libertinagem, democracia não é democratismo. Regime democrático, para se prezar, não precisa aceitar a entrada de 22 partidos na disputa do campeonato máximo da política nacional.

Então, a lição número um dada pela invasão da praça política pelo sorriso mais explícito do circo dominical da TV é: reduzam-se os partidos e restaure-se a moralidade. Ou melhor, só se restaurará a moralidade se se reduzirem os partidos. Outra lição é que o tal horário eleitoral gratuito, teoricamente instituído para reduzir o poder econômico sobre a decisão política do eleitorado, não passa de mais uma possibilidade de transformar o processo político numa vergonhosa barganha comercial. Em troca de alguns minutos e até mesmo de raios segundos na televisão, muita gente se dispõe a gastar um bom capital.

A farsa montada em torno da candidatura do animado animador conta, em primeiro lugar, com as bênçãos do Palácio do Planalto. O presidente da República tem, pelo menos, um motivo forte para não desejar a eventual vitória de Fernando Collor de Mello, principal prejudicado com a entrada de Silvio Santos na disputa: o candidato favorito ao governo do Estado do Maranhão em 1990 deixaria de ser seu filho Zequinha e passaria a ser o arquiadversário da família Sarney, João Castelo. As evidências do dedo presidencial na encenação são três: os senadores Edison Lobão, Marcondes Gadelha e Hugo Napoleão, do PFL, transformados por Silvio Santos numa espécie de eufóricos "agentes do baú".

Mas os três também têm motivos pessoais para entrar na sucessão, às vésperas da eleição, no comando do novo partido, o SBT. A razão de Hugo Napoleão atende pelo nome de Alberto Silva. O governador do Piauí, velho adversário da família Napoleão, de grandes tradições pessedistas, "colloriu", e o presidente nacional do PFL, pretendente ao governo do Estado, se encontra na difícil situação de comandar um partido robusto, mas cujo candidato conquista índices raquíticos de preferência popular nas pesquisas.

Motivos idênticos movem Edison Lobão, amigo pessoal e correligionário político da família Sarney no Maranhão, e o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha. Derrotado na eleição de 1986 por Tarcísio Burty, o senador de Sousa quer disputar de novo o governo da Paraíba, mas sabe que a força está com seu ex-aliado Wilson Braga, de um lado, e seu amigo Ronaldo Cunha Lima, de outro. Na sobra, estão atentos seu inimigo Antônio Mariz e seu

ex-chefe Humberto Lucena. Ou seja, com Aureliano nas costas, as possibilidades de Marcondes Gadelha chegar ao Palácio da Redenção são semelhantes as do 13 Futebol Clube, de Campina Grande, conquistar a Taça Libertadores da América. Isto é: nenhuma. Uma eventual vitória de Silvio Santos, ao contrário, teria o condão (só mesmo um passe de mágica para tanto) de colocá-lo na disputa.

Assim, a lição número três do **show** circense da candidatura do animador é a seguinte: não basta haver liberdade ampla, geral e irrestrita para o político brasileiro começar a pensar e nem que seja um pouquinho, na Pátria, no regime, na democracia. É preciso que sejam criados alguns limites legais, para o político profissional brasileiro deixar de encarnar o palco da administração pública como se fosse a casa-grande de sua fazenda. Liberdade é bom, o Brasil merece, mas não basta para curar o patrimonialismo desenfreado que emporcalha e avilta a política nacional.

Tais limites devem começar a ser demarcados, para que haja partidos políticos merecedores desse nome. Sem eles, diz o jargão, não há democracia possível. Não vai ser negociando legendas como quem escolhe um par de chinelos numa loja de sapatos que o jargão se transformará em lei natural, pelo uso. Aliás, é bom que se diga, fundamental mesmo numa democracia é o respeito à vontade do eleitor. Sendo assim, o que dizer de um processo eleitoral em que há 22 disputantes, todos se apresentam com seus eventuais projetos, suas ideologias e idiossincrasias e, de repente, tal processo é interrompido por um 23º, que aparece caído do céu, de pára-quedas, negociando ora com um, ora com outro, sua própria entrada num jogo de regras elásticas demais?

Um processo eleitoral só pode ser considerado sério se os concorrentes assumem um compromisso mínimo de respeito ao eleitor, cuja decisão política opcional por seu nome ele disputa. Somente um motivo de força maior pode justificar o rompimento desse compromisso tácito entre candidato e eleitor: morte, doença ou violenta alteração do quadro político, no qual a candidatura se teria apresentado. Nenhuma dessas circunstâncias surgiu à tona, nesta campanha de 1989, para ensejar a entrada de um disputante de última hora. Portanto, a entrada no pleito sem licença ética, do artista dos domingos animados da TV, revela da parte dele que não é profissional do ramo, e de seus aliados, uma mentalidade segundo a qual a democracia é uma espécie de casa-de-maria-joana, onde todo mundo pode mandar e ninguém deve obedecer.

Eis a quarta lição do improvisado programa de auditórios em que a eleição direta presidencial se está transformando: para ser respeitável, uma democracia precisa, antes de tudo, se respeitar. Para se dar ao respeito, não basta repelir tentativas amadorísticas de transformar algo sério e grave numa farsa grotesca como é essa. É preciso usar de todos os dispositivos políticos e legais à mão para evitar a transformação do processo eleitoral numa tragicomédia mambembe, é verdade. Mas também é necessário ir bem mais além, dotando a democracia brasileira de mecanismos eficientes de proteção de seus primados elementares.

Chega de democratismo pueril. Abaixo a libertinagem cretina. Basta da promoção do patrimonialismo, em nome de ideias bonitas, mas vazias de conteúdo. Está na hora de pôr um pouco de ordem nesse caos. Sob pena de o próprio caos trazer sua forma de ordem, que acabe por confundir libertinagem com liberdade, impedindo o povo brasileiro de usufruir desse bem, a que tem direito em nome de uma ordem autoritária, aventureira e cruel a qual já conhecemos muito bem.

José Neumanne é editor e editorialista de O Estado de S. Paulo